

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.087 - SP (2019/0007085-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI**  
**ADVOGADOS** : **MARCOS ZAMBELLI - SP091500**  
**LUIZ ANTÔNIO COLLACO DOMINGUES - SP099005**  
**FLÁVIA ROBERTA MACHADO DIAS E OUTRO(S) - RJ113309**  
**PRISCILLA DE HELD MENA BARRETO SILVEIRA - SP154087**  
**GUSTAVO HENRIQUE FILIPINI - SP276420**  
**AGRAVADO** : **TONON BIOENERGIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **ALESSANDRO BENEDITO DESIDÉRIO - SP152377**  
**DEIVIDE CESAR BAGARINI E OUTRO(S) - SP279944**  
**SÉRGIO EDUARDO BRAGGION - SP206117**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. ALEGAÇÃO DISSOCIADA DO CASO. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚMULA Nº 282 DO STF. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. CORTE ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo manejado por SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI em face de decisão que negou admissibilidade ao recurso especial em razão da incidência da Súmula nº 7 do STJ.

O agravante insurge-se contra a decisão agravada alegando, em síntese, que a discussão dos autos não trata de reexame de fatos, mas sim de reavaliação jurídica. Sustenta que a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública é fixada em razão da pessoa que ocupa o polo ativo da pretensão, ainda que o valor seja inferior a 60 (sessenta salários mínimos), pois se trata de competência absoluta, improrrogável e imodificável, razão pela qual não há como estender ao Recorrente, tendo em vista que o rol do art. 5º, I, da Lei nº 12.153/2009 é taxativo. Reitera a alega ofensa aos arts. 1.022, I, do CPC; 5º, I e II, da Lei nº 12.153/2009; 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048/1942 c/c o art. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 6.246/1944.

Requer o conhecimento e o provimento do agravo para que seja analisado o recurso especial.

Contrarrazões às fls. 363-370 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

O agravante impugnou adequadamente os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, registro que não houve interposição de embargos de declaração na origem, sendo totalmente descabida a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC, estando as razões recursais, no ponto, dissociadas da presente demanda.

Quanto ao mais, não se verifica no acórdão recorrido o enfrentamento das teses veículas no recurso especial, relativamente à alegada ofensa aos arts. 5º, I e II, da Lei nº 12.153/2009; 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048/1942 c/c o art. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 6.246/1944, no que tange ao alegado rol taxativo para autores em juizados especiais de fazenda pública.

Dessa forma, não é possível conhecer do recurso especial, seja pela alínea "a", seja pela alínea "c" do permissivo constitucional, haja vista a ausência de prequestionamento dos dispositivos legais invocados, o que atrai a incidência da Súmula nº 282 do STF, *in verbis*: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*".

Impende registrar que a Corte Especial deste Tribunal já firmou o entendimento de que até mesmo as matérias de ordem pública devem estar prequestionadas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EDITAL DO LEILÃO. INTIMAÇÃO. ART. 22, § 1º, DA LEI 6.830/80. TRANSCURSO DE DEZ DIAS ENTRE A INTIMAÇÃO VIA DIÁRIO E A HASTA. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE.

1. A pretensão da recorrente esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, porquanto a Corte de origem firmou suas razões em análise do conjunto tático-probatório constante dos autos.

2. A questão atinente à nulidade absoluta por falta de intimação pessoal do devedor não foi prequestionada no acórdão recorrido. O que foi realmente debatido na instância a quo foi a suposta violação do art. 22, § 1º, da Lei 6.830/80, uma vez que foi publicado há menos de 10 dias da realização do leilão. Dessa forma, torna-se inviável a sua análise, nos termos da Súmula 282/STF.

**3. Para a abertura da instância especial, é necessário o cumprimento do requisito do prequestionamento, mesmo nas matérias de ordem pública.**

Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 425685/RO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 02/04/2014) (grifei)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CDA. REQUISITOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O tema da prescrição somente foi alegado nas razões dos embargos de declaração, caracterizando-se, portanto, indevida inovação recursal.

**2. A Corte Especial deste Tribunal já firmou o entendimento de que até mesmo as matérias de ordem pública devem estar prequestionadas. Precedentes: AgRg no AREsp 472.899/TO, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 01/12/2014 AgRg nos EREsp 1253389/SP, Rel.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

**Min. Humberto Martins, DJe 02/05/2013; AgRg nos EAg 1330346/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 20/02/2013; AgRg nos EREsp 947.231/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe 10/05/2012.**

3. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que o exame acerca do preenchimento dos requisitos essenciais de validade de CDA é providência que demanda o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito do recurso especial.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 399366/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 07/10/2015) (grifei)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator

